



	2011	2010
Passivo não circulante		
Débitos com pessoas ligadas		
· Mútuo - CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	-	1.057
· Mútuo - IBQ - Indústrias Químicas S/A.	19.571	-
	19.571	1.057
Resultado do exercício		
Receitas de prestação de serviços de assessoramento		
· CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	-	35
	-	35
Receitas financeiras - Encargos de operações de mútuo		
· CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	6	4
· IBQ - Indústrias Químicas S/A.	133	364
· Instituto CR Almeida	12	-
· Primav Construções e Comércio S/A.	53	-
	204	368
Despesas financeiras - Encargos de operações de mútuo		
· CR Almeida S/A - Engenharia de Obras	1.124	82
· IBQ - Indústrias Químicas S/A.	-	1
· Primav Construções e Comércio S/A.	5.610	5.539
	6.734	5.622

13. Patrimônio líquido: a. Capital social - O capital subscrito e integralizado está representado por 35.000.008 de ações, sendo composto por 25.900.002 Ações Ordinárias, 9.100.000 Ações de Fruição e 6 Ações Preferenciais, todas sem valor nominal. As Ações Ordinárias, conferem a seus titulares, mediante ao capital por elas representado, o status de Acionista da Companhia, o direito a voto nas deliberações gerais e outros direitos estabelecidos por Lei. As Ações Preferenciais, por sua vez, não dão direito a voto aos seus titulares, mas asseguram uma ou mais das seguintes preferências: - prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% superior aos distribuídos por ano às Ações Ordinárias; - prioridade no reembolso de capital sem prêmio em caso de liquidação da Companhia; - participação, sem restrição, no aumento de capital decorrente da capitalização de reservas; e - direitos políticos, inclusive o de eleger membros do Conselho Consultivo. **b. Reservas de lucros: b.1. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. **b.2. Reserva especial para dividendos:** Vem sendo constituída pelo montante dos dividendos propostos pela Administração e que, ratificados por decisões em Assembleias Gerais, vêm sendo mantidos em conta de reserva no patrimônio líquido para deliberação futura quanto a sua efetiva distribuição. **b.3. Reserva para amortização de ações:** Durante o exercício social de 2002, por decisão em Assembleia Geral de Acionistas, 9.100.000 ações ordinárias foram transformadas em ações de fruição para amortização futura. Naquele mesmo exercício, conforme estabelece o Art. 44 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva constituída para a amortização das ações foi integralmente transferida para o passivo não circulante sob a rubrica "Valores a Pagar por Amortização de Ações", e vem sendo atualizada, ajustada e amortizada segundo critérios estabelecidos em um Termo de Acordo firmado entre o Acionista Dissidente e a Companhia. **b.4. Reserva estatutária - Fundo de liquidez:** Consoante estabelecido no Estatuto Social é constituído por, no mínimo, 5% do lucro líquido nos termos do Art. 192 da Lei das Sociedades por Ações. Destinar-se-á a propiciar solidez à situação financeira da Companhia, aquisição de ações próprias e pagamento de eventuais haveres de acionista dissidente, podendo, desde que haja decisão unânime do Conselho de Administração, ser utilizado para situações emergenciais, bem como para fins distintos de seu objetivo ordinário. **b.5. Reserva de lucros a realizar:** A reserva de reavaliação anteriormente registrada na controlada indireta Concessionária Ecovias de Imigrantes S/A foi estornada, sendo os reflexos na sua controladora direta, EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., computados como ágio decorrente da mais valia dos ativos imobilizados daquela empresa, não havendo reflexos no patrimônio líquido. Assim, como forma de refletir com adequação o estorno de reserva de reavaliação, a controlada Primav Construções e Comércio S/A e, por consequência, a Companhia, consideraram o montante existente como reserva de lucros a realizar, a qual vem sendo realizada na mesma proporção da amortização do ágio que lhe deu origem. **c. Dividendos:** De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido remanescente do exercício, nos termos da Legislação Societária. A Companhia destinou para pagamento de dividendos em 2010 o valor de R\$ 158.931 mil, dos quais, R\$ 115.000 foram liquidados financeiramente durante o exercício de 2011. O saldo remanescente do resultado do exercício no montante de R\$ 187.190 mil, ajustados de acordo com o que determina a legislação pertinente, representativo da proposta da Administração, foi mantido em reserva no patrimônio líquido para deliberação futura por parte dos acionistas. **d. Ajustes de avaliação patrimonial:** Conforme mencionado nas notas explicativas 05.b, 07 e 08, os ajustes de avaliação patrimonial correspondem ao resultado do cálculo do valor justo de ativos relacionados a créditos de precatórios a receber e valores relacionados com o registro da mais valia de propriedades para investimento e imobilizado. Contemplam também, valores de mesma natureza apurados em sociedades controladas reconhecidos de forma reflexa pelo método de equivalência patrimonial. Tais valores são imputados ao resultado do exercício quando da efetiva realização dos créditos que os geraram. Os saldos ao final dos exercícios são assim compostos:

	2011	2010
Calculados sobre contas a receber	2.851.356	2.735.342
Sobre a mais valia de propriedades para investimento e ativo imobilizado	(189.409)	(180.063)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	64.399	61.222
Calculados sobre contas a receber - Reflexos de controladas	234.020	350.981
Sobre a mais valia de ativos imobilizados de controladas	(34.312)	(38.021)
Imposto de renda e contribuição social diferidos de controladas	11.666	12.928
	2.937.720	2.942.389
14. Receita operacional líquida:	2011	2010
Resultado de equivalência patrimonial	193.934	788.122
Receitas de administração e assessoramento	-	35
Receitas de locações	436	190
Impostos incidentes sobre a receita	(746)	(6.544)
	193.624	781.803

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções** - Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **CR Almeida S/A - Engenharia e Construções**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente de se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar

	2011	2010
15. Despesas gerais e administrativas - Por natureza:		
Pessoal e encargos	12.861	9.872
Serviços de terceiros	14.286	12.193
Materiais	670	651
Doações e contribuições	613	5
Tributos	4.023	3.716
Depreciações e amortizações	359	222
Seguros	434	392
Viagens, estadias e locomoções	636	464
Locações	137	184
Outros custos e despesas	2.291	1.995
	36.310	29.694

	2011	2010
16. Outras receitas (ou despesas) operacionais:		
Constituição de provisões para contingências	(387)	(7.494)
Constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa	-	(2.135)
Indenizações obtidas junto a clientes	8.224	-
Provisão para ajuste a valor de mercado de propriedades para investimento	-	(13.102)
Receita na alienação de bens do ativo imobilizado e investimentos	703	-
Valor residual do imobilizado e investimentos baixados ou vendidos	(521)	(188)
Outros	(37)	(365)
	7.982	(23.284)

	2011	2010
17. Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras:		
· Empresas ligadas	204	368
· Contas a receber	47.686	3.726
· Tributos e contribuições a recuperar	1.259	435
· Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	7.776	-
· Outras	22	108
	56.947	4.637

	2011	2010
Despesas financeiras:		
· Empréstimos e financiamentos	2.778	35.204
· Empresas ligadas	6.734	5.622
· Obrigações fiscais, sociais e trabalhistas	9.317	12.560
· Outras	530	6
	19.359	53.392

18. Imposto de renda e contribuição social: a. Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. **a1. Impostos diferidos ativos** - Muito embora a Companhia possua prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, bem como adições e exclusões temporárias montando bases de cálculo que gerariam ativos fiscais diferidos, em função da incerteza sobre a efetiva possibilidade da recuperação em períodos futuros, conservadoramente, não foram constituídas provisões ativas sobre esses créditos fiscais. **a2. Impostos diferidos passivos** - A Companhia reconheceu, nos termos do ICPC 10, sobre as diferenças temporárias decorrentes do registro da mais valia de ativos imobilizados, bem como pela diferença existente entre as taxas de depreciação permitidas pela legislação fiscal e aquelas constantes dos laudos de avaliação. **b. Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:** Foram registrados no resultado do exercício de 2011 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	202.884	202.884	202.884
Alíquota aplicável	25%	9%	34%
	50.721	18.260	68.981

	IRPJ	CSLL	Total
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:			
· Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social	(4.342)	(335)	(4.677)
· Resultados de equivalência patrimonial	(48.484)	(17.454)	(65.938)
· Outras adições e exclusões permanentes líquidas	3.735	311	4.046
Total da despesa com imposto de renda e contribuição social	1.630	782	2.412

19. Instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração dos instrumentos financeiros que a Companhia mantém é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes de mercado. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro derivativo para mitigar riscos associados aos seus instrumentos financeiros e durante o exercício também não efetuou aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros atos de risco. Os resultados são condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. **20. Gerenciamento de riscos:** As operações da Companhia estão expostas a riscos de mercado e de operação, como os de variação de taxa de juros, do câmbio, o risco de crédito e o risco de sinistros. Em face das possíveis perdas na realização de ativos, quando necessário, é constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os riscos são constantemente acompanhados pela Administração. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos. **21. Seguros:** A Administração da Companhia adota a política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Rio de Janeiro (RJ), 31 de Dezembro de 2011.

MARCO ANTONIO CASSOU - Diretor Presidente

HÉLIO CARRIJO DA CUNHA - Diretor Administrativo

JOÃO ALBERTO GOMES BERNACCHIO - Diretor Financeiro

DAVID DANGUI NEPOMOCENO - Contador CRC.PR 046.200/O-9

os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CR Almeida S/A - Engenharia e Construções em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Outros assuntos:** A Companhia, conforme mencionado na Nota Explicativa 05.b, possui créditos a receber do Governo do Estado do Paraná, decorrentes de direitos indenizatórios, remanescentes de exercícios anteriores, computados como créditos a receber de obras concluídas. Tais créditos estão sendo mantidos contabilmente com base em estimativas jurídicas ainda não reconhecidas oficialmente em sua totalidade pelo Estado - uma vez que este vem mantendo discussões quanto aos critérios de atualização - ajustadas ao valor de mercado estimado. Curitiba (PR), 16 de Março de 2012.